

Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal

Domenico Losurdo

Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004, 376p.

*DANILO ENRICO MARTUSCELLI**

Este livro contém importantes reflexões de teoria política, tornando-se uma leitura obrigatória para aqueles que buscam entender os nexos constitutivos da história da luta pela conquista dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais nos séculos XIX e XX.

Ao tomar como foco de análise a “construção” da democracia nos países imperialistas do Ocidente, em especial os EUA, Losurdo expõe, de maneira sistemática, a tortuosa trajetória da “emancipação” e da “des-emancipação” dos trabalhadores, no período supracitado.

Ao longo da obra, o autor procura desmistificar duas teses caras à teoria

política: a primeira, que diz respeito à idéia segundo a qual o desenvolvimento espontâneo do liberalismo desaguaria na democracia; e a segunda, que se refere à compatibilidade existente entre livre-mercado e democracia. A crítica a esses dois mitos é o fio condutor de sua obra.

Alheio às leituras convencionais da conquista de direitos nos países ocidentais que se fundam numa perspectiva linear, como a análise de T. H. Marshall, Losurdo apresenta os avanços e recuos da luta e conquista dos direitos e confronta-se com diversos autores que foram consagrados pela literatura domi-

* Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas.

nante como defensores da democracia. A defesa do sufrágio censitário (em oposição ao sufrágio universal), do colégio uninominal (em oposição à representação proporcional) e o tratamento das massas trabalhadoras como “máquinas bípedes”, “crianças”, “bestas de cargas” são algumas das propostas antidemocráticas, defendidas por alguns dos teóricos da “democracia”, ou melhor, o autor remonta o debate da constituição dos direitos e explora, com acuidade, as resistências dos teóricos liberais e elitistas em estender a participação política às massas trabalhadoras.

No entanto, a luta histórica dos trabalhadores colocou em xeque algumas dessas concepções “desemancipatórias”, forjando a ampliação do sufrágio que, em meados do século XIX, já se consolidava em alguns países como sufrágio universal masculino. Superada a fase de discriminação étnica e racial interna que se expressava através da discriminação censitária e da idéia na qual os não-proprietários “desconheceriam naturalmente” os mecanismos políticos, inicia-se a segunda etapa na qual as burguesias dos países imperialistas trataram de exportar o processo de discriminação étnica e racial devido às lutas populares em seus países, o que resultou no alijamento dos estrangeiros e das camadas mais pauperizadas dessas sociedades da participação política. O objetivo central das classes dominantes desses países era o de obter apoio interno para combater o “inimigo” externo, o que certamente veio a se consolidar

com a ofensiva imperialista no final do século XIX.

Ao contrário de determinados autores que apresentam a extensão de direitos como uma dádiva dos grupos dominantes, o filósofo italiano discorre sobre a complexa e tortuosa luta pela ampliação dos direitos, isto é, Losurdo mostra aqui – e como muita propriedade – a relevância das lutas populares na constituição e ampliação dos direitos. Como esse processo constitui-se de maneira contraditória, Losurdo não deixa de relevar as diversas tentativas que houve de neutralizar, restringir ou mesmo coibir o sufrágio universal, ao longo dos séculos XIX e XX.

A partir dessa análise, Losurdo elabora o conceito de bonapartismo *soft* para explicar os regimes políticos atuais. Esse conceito evidencia a centralização do poder na esfera do Executivo, o que acarreta não só na redução dos espaços de participação democrática das massas populares, mas também no fortalecimento da personalização do poder, que contribui para ocultar a existência de um complexo aparato estatal, desempenhando, portanto, um papel deseducativo para as massas.

Mesmo dando mais ênfase à análise do regime político estadunidense, o autor sugere a possibilidade de expansão do fenômeno do bonapartismo *soft* pelos quatro cantos do globo. A crise dos partidos políticos e o conseqüente surgimento do monopartidarismo competitivo, no qual mesmo nos sistemas multipartidários, os partidos passam a

se configurar como facções de um mesmo partido, são alguns dos desdobramentos práticos do bonapartismo *soft*.

Como nos mostra Losurdo, se, em um primeiro momento, a tendência é de não permitir a constituição do sufrágio universal, no momento seguinte, com a constituição do sufrágio universal, a tendência que se consolida, principalmente, a partir da 2ª Guerra é a de neutralizar a participação das massas com a centralização do poder na esfera do Executivo, destituindo os partidos políticos de influência real no jogo político.

Os dois últimos capítulos da obra retratam alguns aspectos constitutivos da segunda fase acima mencionada, evidenciando a incompatibilidade entre democracia e livre-mercado. Losurdo mostra que, ao contrário do que previra um dos fundadores do pensamento neoliberal, o livre-mercado caracteriza-se como um reforço da servidão das massas populares. Apoiando-se nas observações de Marx sobre a democracia burguesa, o autor retoma a idéia na qual o momento da ditadura está latente e implícito nessa forma democrática, vindo se expressar com relativa força na etapa atual, ou como o próprio autor conclui: “O processo de emancipação que, nos últimos dois séculos, conquistou o sufrágio universal (uma cabeça, um voto), reivindicou a representação proporcional em nome do ‘mesmo valor representativo’ de cada voto, associou direitos políticos a direitos sociais e econômicos, viu e celebrou a democracia como emancipação das classes,

das ‘raças’ e dos povos mantidos em condição de subalternidade – tal processo parece ter sofrido uma grave interrupção. Neste sentido, estamos diante de uma fase de “des-emancipação”, uma daquelas que caracterizam o caminho longo e tortuoso da democracia, mas cuja superação por ora não se consegue entrever.” (p. 333)

A despeito da atualidade dos temas abordados e do rigor com o qual Losurdo dirige sua crítica aos dois grandes mitos acima mencionados, uma questão parece ter passado despercebida nesta obra: trata-se da relação existente entre a dominância de um ramo do Estado burguês e os interesses das frações de classe da burguesia. Para tanto, parece-nos interessante aludir aos desenvolvimentos teóricos de Nicos Poulantzas acerca dos regimes políticos, em *Poder Político e Classes Sociais*. Ao tratar das relações entre as frações de classe da burguesia e os ramos do aparelho estatal, Poulantzas sustenta que a dominância de um dos ramos do aparelho do Estado sobre o outro constituiu o ponto nodal do poder de Estado. Esse ponto, ou “instância”, é o lugar no qual se concentra a relação entre o princípio da unidade política do povo-nação e o princípio da unidade política do bloco no poder, sob a égide da classe ou fração hegemônica, ou melhor, é, no dizer de Poulantzas, o lugar onde se constitui, por intermédio do Estado, a organização política da classe ou fração hegemônica face à ‘sociedade’ e face ao bloco no poder.

Tais apontamentos ajudam-nos a avançar na crítica do mito da compatibilidade entre livre-mercado e democracia, pois desnudam o fato de que a fração do grande capital bancário e financeiro, hegemônica na atual fase do capitalismo, não tendo condições de se instaurar na esfera legislativa devido às resistências das outras frações do capital e dos trabalhadores, acomoda-se na esfera executiva. A análise da política brasileira permite-nos vislumbrar melhor essa questão.

Boa parte da produção bibliográfica brasileira posterior à “abertura política” no país tem superestimado o fortalecimento do “poder” legislativo, o que parece reafirmar a tese da compatibilidade entre livre-mercado e democracia. Certamente, muito se avançou, do ponto de vista democrático, em relação à forma ditatorial do período precedente, mas a análise do período neoliberal mostra-nos que a prática ditatorial está presente no regime político brasileiro atual. Um aspecto que corrobora nossa argumentação é o fato de a elaboração e a implementação da política econômica terem sido realizadas, nos últimos anos, sem a participação efetiva dos partidos políticos. As medidas provisórias apresentaram-se, nesse período, como um importante trunfo do qual o executivo dispõe para atender às políticas de interesse do grande capital financeiro. Decisões como taxas de juros, superávit primário, criação de programa de privatizações, entre outras, vêm sendo tomadas à parte da aprovação do Congresso Nacional.

Na atual fase da hegemonia do capital financeiro, a exigência de agilidade na implementação da política econômica parece levar necessariamente à centralização do poder do Estado burguês na esfera executiva, uma vez que as resistências das demais frações burguesas localizadas no legislativo, bem como a morosidade dessa esfera do aparato estatal em aprovar medidas, criam obstáculos para os rendimentos rápidos e de grande amplitude dessa fração do capital.

Passados 12 anos da publicação da primeira edição de *Democracia ou bonapartismo*, é perceptível a difusão, anunciada por Losurdo, do bonapartismo *soft* por outros países, em especial, o Brasil, no qual, na última década, tem se constituído um regime político avesso à participação efetiva das massas populares. Uma das conseqüências práticas do bonapartismo *soft*, a concretização do monopartidarismo competitivo, parece tomar lugar em terras brasileiras, significando, assim, que a alternância de partidos no governo estará fadada, no curto e médio prazos, à alternância de políticas que atendam aos interesses do grande capital financeiro internacional com abertura em maior ou menor grau, dependendo do governo no poder, aos interesses de outras frações do capital. Reverter essa situação parece ser uma das tarefas tortuosas para os trabalhadores no século XXI.